

Daí falar de «poliarquia» como o «poder de muitos», que não equivaleria necessariamente ao governo do povo, pelo povo e para o povo. As democracias contemporâneas registam, deste modo, uma discrepância entre igualdade social, liberdade individual e pluralismo político. De um lado, os novos políticos estão mais preparados nas artes da manipulação da opinião pública e no uso da máquina administrativa para arregimentar votos, enquanto haveria o risco da degenerescência das democracias em governos da multidão, contra o qual alertavam já A. de Tocqueville e B. Constant. Assim, o cidadão comum é pouco informado e facilmente conduzido a fazer escolhas políticas contrárias aos seus interesses, enquanto as elites influentes, fortemente racionais e calculistas, são capazes de agir mais eficazmente para atingir os seus fins. As classes médias dos subúrbios perdem-se pela segregação social e pela desigualdade económica. E os partidos deixam de ser guardiães de doutrinas, sendo gestores de coligações rivais associadas para conquistar o poder.

Em 1967, Robert Dahl assumiu a presidência da Associação Americana de Ciências Política, no auge das lutas civis no seu país, o que o levou a repensar as suas conclusões, aperfeiçoando-as. Qual

seria o catálogo das condições procedimentais e culturais mínimas que permitiriam confirmar a realização do ideal democrático? Perante a imperfeição, importaria proceder a uma análise muito rigorosa sobre as diferentes situações existentes, de modo a corrigir a aplicação de um ideal permanentemente inacabado. A partir de 1971, Dahl vai referir-se à democracia, como governo responsável para todos os cidadãos, tendo a igualdade política como pré-requisito básico; à igualdade, como a referência indispensável para que os cidadãos expressem escolhas e preferências, igualmente consideradas, para a conduta do governo; e à democratização, como um processo ascendente de contestação política associada à expansão dos direitos de participação. Fala assim de hegemonia fechada quando não há eleições competitivas nem direitos de participação; em hegemonia inclusiva quando não há eleições competitivas, mas direitos de participação; em oligarquia competitiva quando há eleições competitivas sem inclusão política e em poliarquia no caso dos regimes inclusivos, abertos à participação política. E Dahl refere caminhos diferentes de chegada à poliarquia: ora a liberalização precedeu a inclusão (como

na Inglaterra e na Suécia); ora a inclusão veio antes da liberalização (como na Alemanha); ora houve um processo de simultaneidade (como em França). No entanto, não pode falar-se de inclusão e liberalização sem considerar o desenvolvimento económico, impulsionado por três fatores: o acesso à educação, à informação e à comunicação: o pluralismo político e a redução das desigualdades nos rendimentos. E aqui está uma das chaves de grande atualidade relativamente ao pensamento de Robert Dahl: é que a estabilidade e a igualdade estão intimamente ligados, alternando a sua influência relevante. Fernando Vallespín fala, pois, de um sentido profético no seu pensamento: chamando a atenção sempre para a sua máxima preocupação sobre o perigo para a saúde democrática resultante da globalização, da concentração do poder económico e do agravamento das desigualdades.

A poliarquia começa por se apresentar como justa e virtuosa, mas corre o risco de se corromper, assumindo a monstruosidade do Leviatã, não por via da repressão, mas por força da apatia política, da resignação pública, que cede campo ao egoísmo especulativo do «homo economicus»... Que maior atualidade? ■

Jacques Le Goff

Historiador Completo

Jacques Le Goff foi um dos historiadores europeus contemporâneos com maior influência no final do século XX. «La Naissance du Purgatoire» (Gallimard, 1981) é já um clássico, onde se analisa a génese da sociedade moderna à luz da mudança de mentalidades. «Descobri que a Idade Média (disse o historiador) foi um período essencial para a formação da nossa sociedade e da nossa cultura, talvez mesmo a mais importante.

Foi, com efeito, na Idade Média que se pôs em prática o elemento fundamental da nossa identidade coletiva que é o cristianismo. Foi na Idade Média que vimos aparecer o Estado e a Ideia de soberania». Então nasceram as línguas atuais, apareceram as cidades modernas e o poder tornou-se urbano, além do surgimento das Universidades e da própria ideia de Europa. «Atrás da razão, a Idade Média soube ver a paixão do justo, atrás da ciência, a sede da verdade, atrás da crítica, a procura do melhor». O historiador considerava, assim, a Idade Média como a matriz da nossa cultura, não podendo, no entanto, esquecer-se a parte sombria desse tempo (durante o qual o historiador não teria gostado viver).

Ao lermos a sua vasta obra, desde a análise da intelectualidade medieval até às biografias de S. Luís de França e de

S. Francisco de Assis, compreendemos que tenha procurado escrever sobre a «história global» em «La Naissance du Purgatoire», onde analisa, com rigor e vitalidade, a emergência de novas estruturas mentais, sociais e económicas. As cidades favoreceram a autonomia individual e o surgimento de uma nova classe intermédia, a burguesia, a qual vai dar importância crescente ao capital, em lugar do patrimonialismo agrário... A partir de finais do século XII verifica-se no cristianismo a exigência de superação do dualismo recompensa / castigo, paraíso / inferno. A designação para o paraíso ou para o inferno dependia dos pecados cometidos por cada um, na terra, lugar de penitências e provações, para a humanidade atingida pelo pecado original.

O Deus dos cristãos é bom e justo, cheio de misericórdia, mas dotado de severidade, decorrente do facto de as pessoas disporem de livre arbítrio, que permite a punição quando se deixam abandonar ao génio do mal. O juízo final ditaria, assim, uma sentença definitiva, positiva ou negativa. Se é certo que, desde os primeiros séculos do cristianismo, os fiéis alimentavam a esperança de que a sorte dos mortos pudesse ser melhorada, através de orações, oferendas e sufrágios, a verdade é que só tardiamente é descoberto um lugar que permitirá reconsiderar as penas do inferno. De qualquer modo, há já quem entenda, desde muito cedo, haver dois infernos: um inferior e outro superior. Este último, era para os condenados com acusações mais leves.

Do ano mil ao século XIII, os padres da Igreja julgaram como insuportável a simples oposição entre o paraíso e o inferno. Daí a formulação de uma terceira realidade, o Purgatório, onde os mortos pudessem ser «purgados» dos pecados graves. Trata-se, para Le Goff, da «interiorização do sistema religioso, que, da intenção à contrição, reclama do pecador mais uma conversão interior do que ações exteriores». Em vez de opor bons e maus, segundo a tese de Santo Agostinho – considera aqueles que ficariam durante um certo tempo, num lugar onde suportariam penas comparáveis às do inferno, igualmente infringidas por demónios. Assim, há uma associação das faltas cometidas por cada um, em ligação com o afeto dos próximos, cujo papel é tentar abreviar a permanência no Purgatório, através das suas orações, das suas oferendas



Atrás da razão, a Idade Média soube ver a paixão do justo, atrás da ciência, a sede da verdade, atrás da crítica, a procura do melhor

das e da sua interferência: numa palavra, funciona a solidariedade entre vivos e mortos. Como salientam Philippe Ariès e Pierre Chaunu, há um suplemento de biografia purificador.

A investigação de Jacques Le Goff é de extraordinária importância e atualidade. Com a figura do Purgatório, o morto tem uma nova oportunidade, que lhe permitirá ser finalmente salvo no Juízo Final. A investigação de Jacques Le Goff, a sua visão de conjunto, é do maior significado, baseando-se na leitura e análise de documentação vária dos séculos XII e XIII, designadamente o «Dialogus Miraculorum» do monge cisterciense Cesário Heisterbach (1220), no qual se estudam «exempla» de mortos no inferno, no purgatório e no paraíso. O tema da usura é paradigmático e tem importância relevante. O usurário se quiser evitar a condenação deverá repor ou restituir o dinheiro mal adquirido e confessar a sua falta. O sistema tradicional de resgate de que o usurário dispunha durante a vida e na morte compreendia confissão, contrição, ou arrependimento e satisfação ou penitência. Como se compreende é a contrição que ganha uma

importância crescente neste período em que também as conceções económicas sofrem alterações significativas. O usurário é difícil de salvar, já que obriga a uma ação cumulativa de restituição e arrependimento. De facto, muitas vezes, com a aproximação da morte, não há tempo suficiente para conseguir os dois efeitos. Os exemplos analisados pelo historiador são muito ilustrativos, até para não perderem o efeito dissuasor, procurando evitar qualquer frouxidão prática.

Ao estudar a génese do Purgatório, o que Jacques Le Goff fez foi investigar a génese e o desenvolvimento da economia centrada no capital, progressivamente, encontrando a preparação ainda no período medieval. Notem-se, por exemplo, as cinco «desculpas» encontradas pela tradição escolástica para as práticas próximas da usura: (a) o dano emergente, ou aparecimento inesperado de um prejuízo devido ao atraso no reembolso; (b) o lucro cessante, ou impedimento de um lucro superior legítimo; (c) a remuneração do trabalho («stipendium laboris») – por terra e mar, ir às feiras e até ter contabilidade, merece um salário; (d) o risco sofrido pelo prestamista, já que a exposição aos «assaltos de Satã» ou aos inimigos pode gerar perturbações; (e) por fim, há o cálculo da incerteza, que reconhece a ponderação da dúvida, o que pode dar lugar a um preço. Le Goff conclui: que um número crescente de usurários passa a ter probabilidade de se salvar do inferno, pela moderação e pela deslocação da sua atividade para empréstimos autorizados... É uma nova economia que nasce, é o comércio que se desenvolve. Mais do que os fatores naturais, passa a funcionar o capital... E eis-nos perante um tema que revela uma capacidade única para mobilizar estudiosos e investigadores. E Jacques Le Goff compreendeu-o com grande sentido prático, disciplina e entusiasmo. Pierre Nora disse que foi o último dos grandes – ao lado de Marc Bloch, Fernand Braudel ou Georges Duby – além de François Furet e Le Roy Ladurie... Umberto Eco, amigo do historiador, lembrou o cidadão, o combatente contra a intolerância e o estudioso, «menos dos acontecimentos que da cultura (como filosofia e teologia), sendo o seu livro sobre o Purgatório uma obra-prima inultrapassável em erudição e como exumação de textos esquecidos». ■